

## Assistente Social

### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



## Prova de Redação

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que “A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo”. O desconto nos salários seria possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação seria ilegal.

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

***Colocando-se na posição de cidadão brasileiro, escreva uma carta aberta à Presidente do STF manifestando seu posicionamento sobre o desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve.***

### INSTRUÇÕES

- Ⓜ Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
  - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
  - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
  - não ser escrita em versos;
  - conter, no máximo, 40 linhas;
  - respeitar as normas de citação de textos;
  - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

### ATENÇÃO

- Ⓜ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
- texto com até 14 linhas;
  - fuga ao tema ou à proposta;
  - letra ilegível;
  - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
  - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo.



## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

**(NÃO ASSINE O TEXTO)**

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

### MOÇA BONITA NÃO PAGA?

Maíra Zapater

Em junho de 2017, uma juíza do Distrito Federal, ao julgar uma ação proposta por um homem contra os organizadores de uma festa que cobrava preços diferentes para os ingressos de homens e mulheres, declarou ser ilegal a prática. À decisão, seguiu-se agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça reafirmando a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambas as determinações geraram polêmica (aliás, como parece acontecer com tudo – ou quase tudo – que envolva demandas feministas relacionadas à desigualdade de gênero). Se até então eram frequentes, nas conversas de bar travadas tanto nas mesas quanto nas redes sociais, afirmações tais como *“nunca vi feminista reclamar na hora de entrar de graça ou pagar mais barato na balada!”* (em geral proferida com sua gêmea siamesa *“na hora de pedir serviço militar obrigatório, as feministas ficam quietas”*), agora parece que o jogo virou, e os críticos preferem manifestar sua indignação dizendo que *“as feministas querem impor sua ideologia pra todo mundo e obrigar as mulheres a pagarem mais caro na balada”, “vai acabar balada”, “nunca mais ninguém vai sair pra night”, “ninguém vai pegar mais ninguém”, “as feministas vão fazer fechar as casas noturnas”* e por aí vai.

Piadas à parte, e sem entrar no mérito da (in)coerência das críticas, quero, na coluna de hoje, contribuir com argumentos para a discussão, sugerindo duas perguntas para, juntos, pensarmos sobre o assunto. Parece-me ser relevante refletir sobre dois aspectos: primeiro, é discriminatório cobrar preços diferentes para homens e mulheres na balada? E, segundo: se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar seu público, cabendo ao consumidor exercer a sua liberdade de frequentar ou não o local conforme suas próprias convicções?

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A situação hipotética pareceu estranha, de alguma forma, com a inversão dos lugares-comuns em geral apresentados para justificar a cobrança mais barata para mulheres? Bom, se a narrativa ganhou conotações diferentes em decorrência dessa inversão, significa que há expectativas diferentes para homens e mulheres colocados em uma mesma situação social e que se construiu ali uma relação desigual entre homens e mulheres – e, portanto, (no mínimo, potencialmente) discriminatória e ilícita, já que a Constituição veda o tratamento desigual entre iguais (vale lembrar que o inciso II do artigo 5º da CF estabelece que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*, o que só reforça a invalidade jurídica do fator de discriminação com o qual se pretende justificar a cobrança diferenciada).

Pois bem. Assumindo que concordamos – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, resta pensar no segundo questionamento que propus acima: o estabelecimento privado tem a liberdade de adotar uma política considerada discriminatória, cabendo ao público consumidor escolher se quer ou não frequentar o local?

Ilustremos com outro exemplo hipotético (ou talvez menos fictício do que gostaríamos): imaginemos que o dono de uma casa noturna queira construir uma reputação de que seu estabelecimento seja um local “onde só vai gente bonita”. Para garantir que, segundo seus critérios subjetivos e seu “tino empresarial”, seja mantido um padrão estético mínimo nos frequentadores da casa, esse proprietário estabelece uma “cota máxima” para negros no local, estipulando um número limite de pessoas negras por noite, e determinando, ainda, que pessoas brancas têm direito a um ingresso com desconto. Esse empresário se justifica dizendo o seguinte: *“Não é racismo, é só uma questão de gosto. Eu concordo com o padrão hegemônico de beleza que, em geral, vemos nas revistas, novelas e filmes e acho que as pessoas brancas são mesmo mais bonitas e que é muito mais agradável estar numa balada com maioria de pessoas brancas. É só a minha opinião. Quem não concordar e tiver uma opinião diversa, não é obrigado a vir na minha casa noturna”*.

Teria o nosso empresário hipotético a liberdade de adotar uma política discriminatória por entender ser a mais lucrativa para o seu estabelecimento?

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly**\* para mulheres da mesma forma que para os homens?

---

Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

\***friendly** = amigável

01. O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para

- A) negar, com concessões, o posicionamento das clientes dos estabelecimentos.
- B) refutar, com concessões, o posicionamento dos donos dos estabelecimentos.
- C) enaltecer, sem concessões, o posicionamento das feministas.
- D) confirmar, sem concessões, o posicionamento da juíza.

02. Considere o parágrafo final do texto:

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly** para mulheres da mesma forma que para os homens?



Mesmo implícitas, as possíveis respostas para o conjunto de perguntas presentes no parágrafo

- A) convergem para o ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- B) divergem do ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- C) inserem nova problemática a ser discutida, sem imprimirem força argumentativa
- D) recontextualizam a problemática focada, sem imprimirem força argumentativa.

03. Nos segundo e quarto parágrafos, a citação do discurso alheio objetiva, sobretudo,

- A) contextualizar a problemática focada sem fazer remissão ao embate das ideias sobre o tema em pauta.
- B) panoramizar argumentos que ratificam o ponto de vista defendido no texto.
- C) evidenciar argumentos que se afastam do ponto de vista defendido no texto.
- D) esclarecer a complexidade da discussão sem negar a possibilidade de um acordo entre as partes interessadas.

04. Considere o parágrafo

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

- A) nos dois últimos períodos.
- B) no primeiro período.
- C) nos dois penúltimos períodos.
- D) no segundo período.

05. Nos quinto e sexto parágrafos, a linguagem apresenta-se

- A) em norma-padrão, com interferências localizadas de informalidade.
- B) em norma-padrão, sem interferências localizadas de informalidade.
- C) em registro informal, com interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.
- D) em registro informal, sem interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

06. Em relação ao período inicial dos segundo, terceiro e quinto parágrafos, faz-se presente,

- A) em todos os casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- B) em nenhum dos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- C) apenas nos dois primeiros casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- D) apenas nos dois últimos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

07. Considere o parágrafo:

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. **Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.**

Em relação ao período anterior, o período em destaque estabelece relação semântica de

- A) explicação e poderia se iniciar com “pois”.
- B) contraposição e poderia se iniciar com “entretanto”.
- C) adição e poderia se iniciar com “ademais”.
- D) conclusão e poderia se iniciar com “portanto”.

08. Considere o trecho:

[...] se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar **seu** (1º) público, cabendo ao consumidor exercer a **sua** (2º) liberdade de frequentar ou não o local conforme **suas** (3º) próprias convicções?

O pronome possessivo estabelece retomada

- A) de substantivos diferentes apenas nos dois últimos casos.
- B) do mesmo substantivo apenas nos dois últimos casos.
- C) do mesmo substantivo em todos os casos.
- D) de substantivos diferentes em todos os casos.

09. Considere o período:

À decisão, **segiu**-se (1º) agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça **reafirmando** (2º) a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

As formas verbais destacadas têm

- A) sujeito diferente, posposto em ambos os casos.
- B) o mesmo sujeito, anteposto em ambos os casos.
- C) o mesmo sujeito, posposto no primeiro caso e anteposto no segundo caso.
- D) sujeito diferente, anteposto no primeiro caso e posposto no segundo caso.

10. Considere o período:

Assumindo que **concordamos** (1º) – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, **resta** (2º) **pensar** (3º) no segundo questionamento que **propus** (4º) acima [...].

Nesse período, o verbo da oração principal é o

- A) terceiro.
- B) quarto.
- C) primeiro.
- D) segundo.

11. Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi
- A) readaptado.
  - B) reconduzido.
  - C) reintegrado.
  - D) aproveitado.
12. De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é
- A) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
  - B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.
  - D) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.
13. A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,
- A) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - B) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - D) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.
14. Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
II	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
III	Diárias, transporte, ajuda de custo e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.
IV	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
  - B) I e III.
  - C) III e IV.
  - D) I e IV.
15. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada
- A) oito meses.
  - B) seis meses.
  - C) sete meses.
  - D) nove meses.



21. Revisitando-se a literatura sobre os fundamentos e história da política social, evidenciam-se diferentes perspectivas analíticas acerca da concepção, significado e desenvolvimento da política social na sociedade capitalista. Numa perspectiva crítica-dialética, a Política Social é compreendida como
- A) mediação entre economia e política, resultante de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital.
  - B) processo complexo que resulta no conjunto de estratégias governamentais capazes de enfrentar as expressões da questão social, a exclusão social e a extrema pobreza.
  - C) conjunto de serviços e benefícios socioassistenciais ofertados pelo Estado em momento de agravamento da questão social, da desigualdade social e da pobreza.
  - D) Conjunto de medidas e estratégias governamentais, resultantes de conquistas da classe trabalhadora, ofertadas pelo Estado para o combate à pobreza e à exclusão social.
22. Vivenciamos hoje, no Brasil, uma crise econômica, social e política e, em resposta a essa crise, encontra-se em processo um conjunto de medidas de ajuste neoliberal com impactos para as políticas sociais. De um modo geral, para além do desmonte de direitos sociais e trabalhistas garantidos, tanto na CLT quanto na Constituição Federal de 1988, vêm sendo implementadas contrarreformas que resultam:
- A) no aumento da terceirização, da informalidade e da prestação de serviços precarizados, com frágil regulação econômica e social pelo Estado.
  - B) no aumento da terceirização, da informalidade e da proteção social não contributiva, com ampliação da regulação econômica e social pelo Estado.
  - C) na proteção social não contributiva, na prestação de serviços universalizados e na qualificação profissional, com frágil regulação econômica e social pelo Estado.
  - D) na prestação de serviços precarizados, na informalidade e qualificação profissional, com ampliação da regulação social pelo Estado.
23. As Políticas de ajuste neoliberal têm sido adotadas no mundo inteiro. No Brasil, essas políticas ganham força na atual conjuntura, mediante a implementação de uma política macro econômica nociva aos interesses da classe trabalhadora e com rebatimentos para as políticas sociais. No neoliberalismo, as políticas sociais caracterizam-se como
- A) seletivas e desmercadorizantes sendo implementadas por meio de práticas emergenciais e compensatórias.
  - B) universais, descentralizadas e democráticas devido à ampliação da ação estatal.
  - C) eventuais e complementares, sendo implementadas por meio de práticas fragmentadas e compensatórias.
  - D) residuais, descentralizadas e complementares, devido à ampliação da ação estatal.
24. Na sociabilidade do capital, o modo de conceber a pobreza e as políticas sociais está relacionado com diferentes perspectivas teóricas e de projetos de sociedade. Uma das concepções contemporâneas considera a pobreza em seu caráter multidimensional, que tem como um de seus determinantes a privação de capacidades. Nessa concepção, alguns dos instrumentos de enfrentamento a pobreza recomendados são:
- A) microcrédito e pleno emprego.
  - B) aumento do gasto público e pleno emprego.
  - C) microcrédito e empoderamento.
  - D) políticas de acesso universal e empoderamento.

25. Tomando-se como base o que prevê a Constituição Federal de 1988, nota-se que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reestruturadas, a partir de princípios e diretrizes que passaram a orientar e fundamentar o Sistema de Seguridade Social brasileiro. Em relação aos princípios estruturantes desse Sistema, considere os itens a seguir:

I	Universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
II	Gestão político-administrativa centralizada, defesa social e institucional e uniformidade e equivalência no atendimento às populações urbanas e rurais.
III	Irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação no custeio.
IV	Descentralização político-administrativa e territorialização, matricialidade sociofamiliar e equidade na forma de participação no custeio.

São princípios estruturantes do sistema de seguridade social brasileiro os que estão presentes nos itens

- A) I e II.                      C) II e III,  
B) I e III.                     D) I e IV.

26. A prevalência dos programas de transferência de renda, sobretudo na realidade brasileira, em detrimento da prestação de serviços sociais públicos, universais e de qualidade, deve-se em essência à

- A) focalização da atenção a crianças e adolescentes vulneráveis.  
B) primazia da responsabilidade estatal na política de Assistência Social.  
C) focalização da proteção social na pobreza extrema.  
D) primazia da responsabilidade do Estado nas políticas de seguridade social.

27. A execução de políticas sociais, sobretudo aquelas que compõem o tripé da seguridade social, vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais. Na direção do projeto ético-político, o trabalho profissional nesse âmbito exige o comprometimento do assistente social com

- A) fortalecimento e criação de novos conselhos, dos interesses da gestão municipal da assistência social e das políticas de seguridade social.  
B) consolidação do atendimento individualizado às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e a focalização da proteção social na pobreza absoluta.  
C) a consolidação do Estado democrático de direito, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático.  
D) fortalecimento da participação dos usuários das políticas sociais de seguridade social, focalização da proteção social na pobreza absoluta e a criação de novos conselhos.

28. No debate sobre a política de educação, sobretudo no que se refere à educação superior, comparece com muita força a questão da “equidade” como um valor central, um imperativo ético a ser perseguido e cuja efetivação pode diminuir as desigualdades educacionais e sociais com vistas a uma escolarização geral da população e a uma sociedade mais igualitária. Entretanto, na realidade brasileira, há limites estruturais para a efetivação da equidade no ensino superior, dentre os quais sobressai

- A) o analfabetismo como problema recorrente na política de educação.  
B) a desigualdade social prevaiente durante séculos na sociedade brasileira.  
C) as carências econômicas, culturais e educacionais familiares.  
D) as limitações das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior.

29. Nos últimos anos, ocorreu no país a implementação de ações afirmativas e expansão de vagas no ensino superior público e privado, este último estimulado pela utilização de fundo público para o financiamento do setor privado por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES). A análise crítica das políticas de expansão do acesso e da democratização da educação superior no país permite afirmar que essas medidas
- A) constituem políticas públicas, direitos de cidadania e elevam as possibilidades dos jovens pobres acessarem os benefícios educativos e culturais.
  - B) eliminam o elitismo e o racismo na universidade brasileira e criam oportunidade de estudo para milhares de jovens.
  - C) criam as diferenciações e hierarquizações entre instituições de elite que ocupam o centro do sistema de educação superior e instituições periféricas.
  - D) contribuem para romper com o elitismo e o racismo na educação superior, mas mantém a desigualdade nas condições de acesso aos benefícios educativos e culturais.
30. O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), voltado para a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Um dos objetivos do PNAES é
- A) promover ações na área de moradia estudantil.
  - B) democratizar a universidade pública.
  - C) enfrentar as desigualdades educacionais.
  - D) reduzir as taxas de retenção e evasão.
31. Antes mesmo da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo governo federal, a UFRN criou o seu Programa de Bolsas de Assistência Estudantil por meio da Resolução 169/2008 – CONSEPE, de 02 de dezembro de 2008, a qual cria também o Cadastro Único de Bolsistas da UFRN que deve ser utilizado na instituição e na administração
- A) de todas as modalidades de bolsas de assistência estudantil.
  - B) das bolsas de assistência estudantil.
  - C) das bolsas acadêmicas e de mobilidade estudantil.
  - D) de todas as modalidades de bolsas.
32. Os estudantes prioritariamente atendidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) são aqueles
- A) com renda familiar per capita de um salário mínimo e proveniente de qualquer tipo de escola.
  - B) provenientes de escola pública e com renda familiar per capita de um salário mínimo.
  - C) matriculados em cursos presenciais e com renda familiar per capita de até três salários mínimos.
  - D) matriculados na instituição e que necessitem de apoio socioeconômico para a melhoria do desempenho acadêmico.
33. A gênese da questão social está relacionada à emergência da classe operária como sujeito político, sobretudo através das lutas por direitos na relação capital x trabalho. A análise e apreensão das expressões da questão social descolada dessa gênese pode conduzir o assistente social, em seu exercício profissional, a incorrer no equívoco de
- A) considerar as expressões da questão social como violação de direitos.
  - B) considerar que o desenvolvimento econômico aumenta a pobreza.
  - C) atribuir ao mercado a responsabilidade pelas situações de riscos sociais.
  - D) atribuir ao indivíduo a responsabilidade por suas dificuldades.

- 34.** O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Pela prestação de serviços socioassistenciais, o assistente social interfere nas relações sociais vigentes, o que torna sua ação eminentemente política, atuando no atendimento a demandas e necessidades sociais dos seus usuários e desenvolvendo trabalho socioeducativo. Considerando o exposto, a dimensão socioeducativa do seu trabalho
- A)** tanto pode ter caráter disciplinador como pode fortalecer projetos das classes subalternas.
  - B)** está voltada para moldar o usuário às necessidades do capital e da instituição empregadora.
  - C)** é mutável e exige a constante atualização de instrumentos e técnicas para atender as necessidades da instituição.
  - D)** pode moldar o usuário às necessidades da instituição e influenciar a sua inserção na vida social.
- 35.** A prática profissional do assistente social é constituída pelas causalidades, que são as condições objetivas em que essa prática se dá, e pelas finalidades (teleologia). Sua ação influencia na vida e na consciência de outros seres humanos. Disso decorre que escolher uma finalidade e os meios existentes para alcançá-la supõe
- A)** aceitação de uma determinada teoria e aplicação de instrumentos e técnicas adequados.
  - B)** elaboração e aplicação de instrumentos técnicos operativos e conhecimento sobre as expressões da questão social.
  - C)** conhecimento dos objetivos institucionais e aplicação dos instrumentos de trabalho definidos pela instituição.
  - D)** conhecimento dos sujeitos que procuram os serviços sociais e aceitação de uma determinada direção teórica.
- 36.** Os fundamentos éticos e filosóficos dos códigos de ética anteriores ao de 1986 (Códigos de 1947, 1965, 1975) eram apoiados nos pressupostos
- A)** do positivismo e da fenomenologia.
  - B)** do marxismo e da fenomenologia.
  - C)** do neotomismo e do idealismo.
  - D)** do neotomismo e do positivismo.
- 37.** O Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) constituem instrumentos de referência para o exercício profissional do Assistente Social. Dentre os princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional, que servem de parâmetros para a atuação do Assistente Social, constam
- A)** a liberdade, a democracia, a cidadania, a equidade, a justiça social e o respeito às diferenças.
  - B)** a participação, a equidade, a transparência, a segurança, a defesa da vida e a emancipação.
  - C)** a liberdade, o respeito às diferenças, a autonomia, o arbítrio, a cidadania e justiça social.
  - D)** a autonomia, a democracia, a transparência, a segurança, o arbítrio e a participação.
- 38.** O cotidiano é a esfera da vida na qual a alienação e as ações espontâneas se expressam. É na cotidianeidade do trabalho profissional que se manifesta o preconceito, o conformismo, o pragmatismo e, normalmente, a perda da dimensão de totalidade. Na práxis profissional (atividade humano-genérica), a direção social do projeto ético político ganha tessitura e auxilia o assistente social na tomada de decisões pela
- A)** apreensão da dimensão empírica da realidade e dos acontecimentos.
  - B)** definição dos limites que demarcam a atividade humana.
  - C)** adesão consciente e crítica aos princípios e valores do Código de Ética.
  - D)** contextualização das expressões da questão social.



39. De acordo com a Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de serviço social, constitui-se
- A) direitos do assistente social.
  - B) deveres do assistente social.
  - C) atribuições privativas do assistente social.
  - D) responsabilidades do assistente social.
40. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, constitui
- A) um dos princípios do Código de Ética profissional do Assistente Social.
  - B) uma das atribuições privativas do Assistente Social.
  - C) um dos deveres do Assistente Social em suas relações com o usuário.
  - D) uma das competências privativas do Assistente Social.
41. As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política. Sua tradução em procedimentos técnicos no contexto dos estabelecimentos educacionais requer o reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se materializa o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental que o Assistente social possa apreender
- A) os desafios específicos da sua unidade de lotação, a missão institucional e os objetivos e critérios adotados como parâmetros para sua atuação.
  - B) os processos sociais que mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes nesse campo sócio ocupacional.
  - C) os programas e projetos de tecnologia da informação desenvolvidos na instituição e os programas de cotas para alunos declarados negros e/ou de famílias de baixa renda.
  - D) os programas e projetos institucionais de acesso à educação e as condições subjetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional.
42. A ampliação da esfera pública, o fortalecimento de instâncias democráticas e a garantia e/ou ampliação de direitos sociais são, no momento presente, alguns dos desafios colocados ao trabalho do Assistente Social que, respaldado pelo seu Projeto Ético Político, deve ter como horizonte
- A) a criação de novos conselhos, preferencialmente nos territórios próximos aos usuários, a igualdade e a justiça social.
  - B) a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social e universalização do acesso às políticas sociais.
  - C) a ampliação das representações das instituições que compõem a rede de proteção social, o acesso às políticas sociais e a justiça social.
  - D) a construção de uma nova ordem social, a criação de novos conselhos e a capacitação das representações das instituições da rede de proteção social.
43. O Assistente Social, no cotidiano de seu trabalho profissional, nas relações com os usuários de políticas sociais deve contribuir para a garantia e defesa de direitos humanos e sociais. Dentre as atividades a serem exercidas, merece destaque a socialização de informações junto a esses usuários que deve ser realizada na ótica
- A) do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em necessidades coletivas e demandas legítimas e considerando a realidade macro social.
  - B) da socialização de informações em relação às normas e rotinas de trabalho, dentre outros recursos legais disponíveis, e considerando a realidade macro social.
  - C) do direito à informação e respeito às diferenças, reconhecendo os desafios sociais, priorizando a atenção aos indivíduos mais vulneráveis e o atual contexto social.
  - D) da socialização de informações acerca do contexto institucional, onde os sujeitos individuais têm suas demandas negadas, e considerando o atual contexto social.

- 44.** No debate atual no âmbito do serviço social, a pesquisa é compreendida como uma mediação essencial para a qualificação do trabalho profissional, que possibilita desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, políticas e técnico-operativas. No que diz respeito às competências políticas, a pesquisa possibilita ao Assistente Social
- A)** discutir a incidência das vulnerabilidades e riscos sociais que afetam famílias e indivíduos usuários das políticas sociais, especialmente da seguridade social.
  - B)** apreender a sociedade como espaço de contradições, considerando os interesses sociais e econômicos inerentes aos projetos societários, partidários e profissionais.
  - C)** socializar os dados e informações disponíveis sobre a pobreza e a exclusão social dos usuários das políticas sociais, especialmente da seguridade social.
  - D)** avaliar os resultados das políticas sociais, identificando a eficiência, a efetividade e a eficácia social no combate à pobreza e a exclusão social.
- 45.** Em relação ao exercício profissional no âmbito da gestão e gerenciamento de políticas sociais, especialmente da política de assistência social, torna-se fundamental o Assistente Social se apropriar de
- A)** análise crítica do contexto sócio histórico em que se situa a instituição, domínio dos instrumentos de gestão e clareza da direção social defendida no Projeto Ético Político profissional.
  - B)** análise dos desafios colocados à gestão, financiar órteses e próteses, em sintonia com a missão institucional, e competência para exercer funções de supervisor de estagiários do curso de serviço social.
  - C)** competências para exercer funções de fiscalização e aprovação da prestação de contas dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.
  - D)** competência técnica para coordenar a execução dos serviços, em sintonia com o plano de ação, e a aprovação da prestação de contas dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.
- 46.** O debate acerca da atuação do assistente social na política de educação tem sido feito com base numa concepção crítica dessa política. Sob essa ótica, a educação é compreendida como constitutiva da vida social e como um processo que desempenha uma função social importante na dinâmica da reprodução social, razão pela qual a educação está imersa em contradições que particularizam a vida numa sociedade de classe. Desse modo, no debate da categoria profissional de assistentes sociais e na produção teórica da área de serviço social, a educação é compreendida como um espaço tensionado que
- A)** constitui um direito social e, assim sendo, não se dissocia dos direitos humanos ao mesmo tempo em que assegura a classe trabalhadora a formação da autoconsciência que supera as desigualdades sociais.
  - B)** pode ser compreendido como atividade humana que depende da universalização do trabalho ao mesmo tempo em que prescinde da educação escolarizada como atividade autorrealizadora do homem.
  - C)** constitui um campo de embates de projetos educacionais distintos ao mesmo tempo em que é uma condição para assegurar a classe trabalhadora modos autônomos de pensar e agir.
  - D)** contribui para a internalização de consensos necessários à reprodução do capital ao mesmo tempo em que cria possibilidades de construção de uma educação emancipadora.

47. O exercício profissional no âmbito da política de educação e na perspectiva do projeto ético-político exige do assistente social compromisso com a qualidade do ensino, o qual requer situar a partir de que perspectiva de classe essa qualidade é abordada. Em relação à qualidade do ensino que deve pautar a atuação profissional do assistente social comprometido com o projeto ético-político profissional, considere as afirmativas que se seguem:

I	Está ancorada na formação para a cidadania, inclusiva e democratizadora, que contribua para o compromisso social do futuro profissional e para o seu acesso a oportunidades que desenvolvam capacidades intelectuais e manuais necessárias à sua inserção na vida social.
II	Está baseada em uma formação que garanta ao estudante acesso a uma densa bagagem intelectual, com o domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, ao mesmo tempo em que proporciona o acesso a valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana.
III	Está ancorada na perspectiva de uma educação que contribua para a emancipação humana e para o desenvolvimento de capacidades intelectuais e manuais necessárias à construção de novas formas de produção e distribuição social da riqueza.
IV	Fundamenta-se em uma educação associada à contribuição da universidade para o desenvolvimento do país, que assegura ao estudante conhecimentos para sua inserção qualificada e competente no mercado de trabalho bem como competências sintonizadas com as mudanças no mundo do trabalho.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II.  
B) I e IV.  
C) II e III.  
D) III e IV.
48. No âmbito da política de educação, as competências específicas dos assistentes sociais se expressam em ações que articulam diversas dimensões. O debate profissional acerca do assunto chama atenção para algumas tendências que têm caracterizado essas ações e que na perspectiva do projeto ético-político devem ser evitadas. Constitui uma dessas tendências
- A) intervir junto à administração superior em defesa dos direitos dos usuários.  
B) tornar a abordagem individual a única modalidade de atuação profissional.  
C) vincular a dimensão investigativa às demais dimensões do exercício profissional.  
D) desenvolver articulações com os movimentos sociais e com o movimento estudantil.
49. Considere o caso de um servidor com problemas de alcoolismo, que deva ser internado por decisão da chefia imediata e do serviço médico da instituição. Do ponto de vista do Projeto Ético-Político Profissional, a ação competente do assistente social chamado a atuar nessa situação exige a defesa
- A) do direito do servidor à informação, o esclarecimento dos direitos do trabalhador e a defesa da internação como possibilidade de efetivação do direito à saúde.  
B) da necessidade de internação, a não aceitação da individualização mecânica e moral do problema e o reconhecimento do caráter educativo da decisão.  
C) da participação do usuário, o reconhecimento de que o consumo de álcool por servidores é uma questão privada e pessoal e a defesa do direito do servidor à informação.  
D) da participação do usuário, o reconhecimento do caráter disciplinador da decisão e a não aceitação da individualização mecânica e moral do problema.

- 50.** Considere o caso de um estudante da UFRN que teve o seu pedido de auxílio à moradia e à alimentação negado. Devido ao não acesso a esses direitos o interessado procurou o serviço social da Central de Atendimento ao Estudante (CADIS) a fim de solicitar uma reconsideração da negativa recebida. O aluno justifica a solicitação informando que está passando fome, pois sua família não tem como manter suas despesas de alimentação e moradia em Natal. Diante da solicitação do estudante e após reexame dos dados da entrevista inicial, a equipe do serviço social decidiu realizar visita domiciliar. Tendo como referência o projeto ético político profissional, a visita a ser realizada pelo assistente social deve ter como finalidade
- A)** a fiscalização e o controle de rendimento da família do estudante e a elaboração de parecer, a fim de garantir o acesso ao direito à alimentação e à moradia.
  - B)** a socialização de informações e a apreensão da realidade sócio-econômica da família para a elaboração de estudo social, a fim de assegurar o acesso do estudante à alimentação e moradia.
  - C)** a comprovação da situação de pobreza vivenciada pela família, reconhecendo a responsabilidade da Instituição e o direito do estudante como cidadão.
  - D)** a averiguação das condições de vida da família a fim de comprovar que o estudante se enquadra nos critérios definidos para a garantia de acesso à alimentação e à moradia.

